

Revista
guará
Pró Reitoria de Extensão - UFES

OUTUBRO 2015
ANO III - Nº IV
SUPLEMENTO

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Reinaldo Centoducatte

Reitor

Ethel Leonor Noia Maciel

Vice-Reitora

Maria Auxiliadora De Carvalho Corassa

Pró-Reitora de Graduação

Neyval Costa Reis Junior

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Angelica Espinosa Barbosa Miranda

Pró-Reitora de Extensão

Eustaquio Vinicius Ribeiro De Castro

Pró-Reitor de Administração

Anilton Salles Garcia

Pró-Reitor de Planejamento e
Desenvolvimento Institucional

Maria Lucia Casate

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e
Assistencia Estudantil

Alexsandro Rodrigues

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania

Conselho editorial

Adriana Madeira Alvares da Silva (UFES)

Brunela Vincenzi (UFES)

Donato de Oliveira (UFES)

Fernando Vicentini (UFES)

Gloria C. Aguilar Barreto (Universidade
Nacional Caaguazú)

Ivan Robert Enriquez Guzman (UFES)

Revista Guará

Publicação Semestral da Universidade
Federal do Espírito Santo
Ano III - nº 4 - Outubro de 2015

Angélica Espinosa Barbosa Miranda

Editor Responsável

João Frederico Meyer (UNICAMP)

Maira Pêgo de Aguiar (UFES)

Maurice Barcellos da Costa (UFES)

Paula Cristina da Costa Silva (UFES)

Pedro Florêncio da Cunha Fortes (UFES)

Regina Lúcia Monteiro Henriques (UERJ)

Renato Tannure Rotta de Almeida (UFES)

Tânia Mara Z. G. Frizzera Delboni (UFES)

Conselho técnico científico

Aissa A. Guimarães (UFES)

Antonio Celso Ribeiro (UFES)

Aparecido José Cirilo (UFES)

David Ruiz Torres (UFES)

Darcy Alcantara Neto (UFES)

Ernesto Hartmann (UFES)

Fábio Goveia(UFES)

Gabriela Santos Alves (UFES)

José Otavio Lobo Name(UFES)

Mirna Azevedo (UFES)

Rafael Paes Henriques (UFES)

Assistente editorial

Paola Pinheiro Bernardi Primo

Equipe técnica

Claudia Rangel

Farley Souza

Thais Melotti

Revisão

Vera Lúcia Santa Clara

Ilustrações

Imagens da Artista Plástica Fabiane Salume

Editoração

Amanda Ardisson

Pró-Reitoria de Extensão

Editora

Tiragem: 500 exemplares

Endereço para correspondência:

Universidade Federal do Espírito Santo

Pró-Reitoria de Extensão

Av. Fernando Ferrari nº 514

O PROJETO “O ARQUIVISTA NOS ARQUIVOS”

Luiz Carlos da Silva
Paulo Vicente Silva Velasco da Silva

luizarquivologia@gmail.com
paulovelasco22@gmail.com

O Projeto “**O Arquivista nos Arquivos**”, registrado no SIEX pelo nº 400.139, surgiu da necessidade de interagir e conhecer as práticas arquivísticas desenvolvidas nos “Arquivos” e “Centros de Documentação”, Públicos e Privados do Estado do Espírito Santo e compartilhá-las aos estudantes, futuros bacharéis em Arquivologia, através das visitas, objetivando oportunizar aos alunos conhecer *in loco* a gestão documental praticada nessas unidades informacionais, visando obter informações valiosas da prática arquivística através dos gestores e coordenadores responsáveis pelas instituições.

O Projeto também se identifica com a educação continuada, pois auxilia na qualificação dos profissionais egressos que atuam no mercado de trabalho, através do compartilhamento dos seus conhecimentos teóricos, empíricos e pragmáticos nos debates, contribuindo com suas experiências.

O estudante de Arquivologia após o período da graduação (entre 3,5 a 4 anos) encontra algumas barreiras no serviço privado, dentre elas a desvalorização do profissional de nível superior, muitas vezes pelo desconhecimento dos gestores de suas habilidades e capacidades. Após estar formado, o profissional arquivista encontra dificuldades diante das atividades que desempenhará, algumas são desconhecidas na prática porque durante a graduação não foi possível abandonar o emprego para fazer estágio remunerado, e obter a interação com a profissão. O projeto apresenta ações nas instituições para reduzir os possíveis *déficits* práticos, favorecendo a interação dos alunos às instituições públicas e privadas com intuito de estreitar estas diferenças além de trazer ao ambiente acadêmico os gestores e coordenadores, visando facilitar a compreensão da profissão do Arquivista.

As atividades de extensão desenvolvidas no projeto são cursos, palestras, debates e visitas técnicas cujo objetivo geral é promover a interação e inclusão dos estudantes de arquivologia e

egressos com as empresas privadas e instituições públicas. Os passos específicos para realizar essas ações são: facilitar a interação do estudante de Arquivologia às instituições privadas através de visitas aos arquivos destas empresas; favorecer a abordagem de temas relacionados à Arquivologia sob a ótica de gestores em empresas privadas; elaborar palestras com temáticas sobre o perfil do Arquivista em instituições públicas e empresas privadas; e por fim oportunizar os egressos de Arquivologia a discutir a conjuntura atual no mercado de trabalho público/privado x academicismo.

A Resolução 54/97 (CEPE/UFES, 1997) relata que a Extensão, é uma atividade acadêmica identificada com os fins da Universidade, é o processo educativo, cultural e científico, articulado com o Ensino e a Pesquisa, de forma indissociável, ampliando a relação entre a universidade e a sociedade. Diante da assertiva identificamos o projeto ao o tripé extensão-ensino-pesquisa.

A proposta didático-pedagógica do projeto foi planejada para potencialmente ser uma ação contributiva com a formação acadêmica e profissional dos alunos e egressos. Os conteúdos discutidos nas visitas são temáticos, vinculados à grade curricular com assuntos direcionados a preservação da informação, gestão documental, mediação da informação e a avaliação/classificação de documentos. Visa contribuir para resgatar valores sociais e éticos, além dos diálogos de saberes, através da parceria com organizações. Propicia também “[...] uma relação dialógica entre professores e alunos [...] vinculada à concepção de educação humanizadora que permite a tomada de consciência crítica da realidade [...]” (PASCHOALINO; 2009, p. 17).

Este processo educativo articulado entre os diversos setores da sociedade e a Universidade (representada pelo Departamento de Arquivologia), executado através das atividades de extensão, associado ao ensino e à pesquisa, garante o estímulo e o apoio ao desenvolvimento de atividades de construção coletiva do qual participam diferentes atores, para avançar no processo de formação e produção do conhecimento.

As visitas promovidas pelo projeto objetivam modificar a realidade do aluno conduzindo-o a identificar com a sua futura profissão como bacharel em Arquivologia. As instituições visitadas recente foram: Arquivo da Arcelor Mittal; Arquivo Geral da UFES - SIARQ; Arquivo da Prefeitura SEDEC; Arquivo Público de Vitória; Arquivo da Assembléia Legislativa; Arquivo Público Estado do ES; Arquivo do Hospital Santa Rita; Arquivo da HUCAM; Centro Memória Garoto; Tribunal Regional do Trabalho; Tribunal de Justiça; Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Linhares/ES.

É imprescindível para a formação do profissional a interação com a sociedade, para situá-lo historicamente, identificá-lo culturalmente e referenciar a sua formação técnica à realidade. Destarte, verificamos o empenho da Pró-Reitoria de Extensão – UFES, na valorização do espaço da extensão no ensino de graduação da universidade, como uma poderosa ferramenta de mobilização da comunidade acadêmica para a ação pedagógica.

Em síntese, conclui-se que as práticas extensionistas desenvolvidas com as parcerias das organizações da sociedade civil, com a articulação do poder público e o relacionamento com o ensino e a pesquisa, envolvem docentes, discentes e comunidade externa de forma dialógica, possibilitando a formação técnica do estudante integrada à realidade, habilitando-o a responder aos desafios no campo da preservação e da gestão dos acervos para produzir conhecimentos vinculados à realidade local, regional e nacional.

REFERENCIAS

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (CEPE/UFES). RESOLUÇÃO N° 54/1997. Disponível em <http://www.daocs.ufes.br/corpo.asp?pagina=resoluucs/resolucao_n54_97>. Acessado em Agosto de 2013.

PASCHOALINO; Renata. Relações dialógicas entre professor e aluno na sala de aula a partir das contribuições de Paulo Freire. Monografia (Departamento de Metodologia do Ensino) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em:<<http://www.processoseducativos.ufscar.br/tcc1.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2012.

EXTENSÃO E EDUCAÇÃO POPULAR: VIA DE MÃO DUPLA

RESUMO

O objetivo deste artigo é pensar a Extensão, como um elemento do tripé da Universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), através de reflexões sobre a Educação Popular e à luz do pensador Paulo Freire. Essa reflexão resulta das atividades junto ao MST, através do projeto de “Educação Popular” realizado no Grupo de Estudos sobre Cultura e Educação Popular da UFES. Desse modo, objetiva-se refletir acerca das temáticas estudadas e vivenciadas no grupo que fortalecem o processo de aprendizagem na formação acadêmica. Por se tratar de reflexões de alunos de graduação, nossa proposta é a elaboração de um ensaio, no qual propomos algumas conexões sobre nossas vivências no campo de estágio e o nosso processo de formação de um modo mais amplo. Neste ensaio visamos analisar como a extensão, prima pobre do tripé universitário (Ensino – Pesquisa – Extensão) pode ser vivenciada com a proposta da Educação popular. Neste sentido buscaremos compreender o contexto em que as Universidades Federais se encontram na realidade socioeconômica do Brasil, o papel da extensão nas universidades e a inserção da Educação Popular no Serviço Social. Para tal, realizamos leituras de variados autores, dentre ele Paulo Freire, pensador que aprofundou seus estudos em educação popular.

A partir disso, fizemos um panorama da existência do Grupo de estudos sobre Cultura e Educação popular, pensando em suas relações entre o Serviço Social, discorrendo sobre o papel da Extensão nas Universidades, e as possibilidades de educação popular nesse contexto.

O Grupo de Estudos sobre Cultura e Educação Popular foi criado em Junho de 2014 e é coordenado pela professora do Departamento de Serviço Social da UFES, Adriana Amaral. O Grupo de Estudos surge derivado da equipe do NECA (Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente), que desde 2012 o NECA passou a ser

Docente:
Adriana Amaral F. Alves.
adriana.afa@gmail.com

Dicentes:
Sócrates Pereira Silva
ps.socrates@hotmail.com
Rafaela Soares da S. Uliana
rafassu@hotmail.com
João Paulo da S. Valdo
jp.valdo@hotmail.com
Stefani Ferreira Trames
stefanitrames@hotmail.com

coordenado pela professora Adriana e mudou o foco de suas atividades, passando a executar projetos de intercâmbio entre os jovens do campo e da cidade e de Educação Popular. Porém houve a necessidade da criação de um Grupo, no qual o caráter do grupo, fosse voltado para as demandas e pro trabalho que desempenhamos no projeto de Educação popular, que é, sobretudo com comunidades.

As atividades desenvolvidas são numa perspectiva de articulação com os movimentos sociais do campo e, a partir do resgate da cultura popular, buscamos trazer elementos para fortalecer a autonomia do movimento, até então o MST (Movimento dos Sem Terra). Nesse sentido,

[...] o trabalho profissional articulado aos movimentos sociais deve assumir o desafio da incorporação, na formação universitária e nos diversos âmbitos de atuação profissional, das demandas e reivindicações das classes subalternas nos seus processos de organização, significando a possibilidade de criação de novos espaços de intervenção. Assinalamos que essas estratégias constituem uma possibilidade real de criação de novas bases de legitimidade da profissão junto aos grupos subalternos, afirmando outras relações pedagógicas (ABREU, 2002) com os movimentos sociais que possam reforçar sua auto-organização (MARRO, 2011, p. 320).

Diante disso, são objetivos do Grupo de Estudos sobre cultura e Educação Popular, recuperar as experiências de trabalho do Serviço Social com as comunidades, no território urbano e rural, através de atividades a partir de concepções de educação popular baseadas na pedagogia freiriana e nas formas de representação do teatro do oprimido¹, a partir de aproximação com os movimentos de juventude auto-organizada no campo e no meio urbano. Nesse contexto, visa-se estimular a luta coletiva pela emancipação humana, o que tem muito a contribuir com a formação dos assistentes sociais no trabalho com comunidades, organização e mobilização popular, tendo em vista a participação dos sujeitos no conhecimento crítico de sua realidade e nos processos de tomada de decisão política em nosso país.

Nessa direção, as atribuições e competências do profissional de Serviço Social, independentemente de sua área de atuação, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e na Lei de Regulamentação da Profissão (CFESS, 1993), que devem ser observados e respeitados, tanto pelos profissionais, quanto pelas instituições empregadoras. A Lei que regulamenta o trabalho profissional do assistente social e o Código de Ética são instrumentos que possibilitam, para além da profissão, uma apreensão do mundo, a partir de uma visão crítica e fundamentada, que se expressa de forma muito especial na concretização de suas competências e atribuições.

Contudo, estamos imersos na política de educação onde se encontra a extensão universitária, espaço no qual o grupo se insere e que também representa um cam-

1. Método estético que reúne exercícios, jogos e técnicas teatrais que objetivam a desmecanização física e intelectual de seus praticantes e a democratização do teatro, estabelecendo condições práticas para que o oprimido se aproprie dos meios de produzir teatro e amplie suas possibilidades de expressão. Esse método foi pensado, nos anos 70, por Augusto Boal, dramaturgo brasileiro. (Dados do CTO – Centro de Teatro do Oprimido)

po de possibilidades para a formação em Serviço Social uma vez que possibilita o contato direto com a comunidade, obrigatoriamente, de maneira articulada com o ensino e com a pesquisa.

No Livro “Extensão ou Comunicação” Paulo Freire debate acerca de como temos caminhado na construção da extensão. Nessa obra, Freire (2011) nos coloca que o significado de extensão, hegemônico nas universidades brasileiras, tem uma tendência à simples extensão de conhecimento para as comunidades, como uma via de mão única.

Extensão em Freire não é pura e simplesmente o transferir ao outro o conhecimento, de maneira “vertical”, onde o extensionista se coloca em uma posição de superior em relação ao educando.

“[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais”. (Freire, 2011, P. 25)

Ele continua dizendo que a extensão não deve ser encarada como a “salvação da lavoura” ou a “salvação da ignorância”, e sim concebida enquanto comunicação, por isso o termo usado não deveria ser Extensão, na visão de Freire, e sim comunicação, para que a própria semântica da palavra indique que o processo de construção da práxis libertadora, deve ser horizontal, partindo de uma educação libertadora, que não tenha o objetivo de “domesticar” o sujeito a essa sociedade e sim libertá-lo (Freire, 2011).

Por fim, nos parece claro o equívoco ao qual nos pode conduzir o conceito de extensão: o de estender um conhecimento técnico até os camponeses, em lugar de (pela comunicação eficiente) fazer do fato concreto ao qual se refira o conhecimento (expresso por signos linguísticos) objeto de compreensão mútua dos camponeses e dos agrônomos. (Freire, 2011, P.94)

Para uma Práxis Libertadora é necessário que haja uma sistematização do conhecimento e da prática, afim de que ambas caminhem juntas, para que o sujeito construa sua história e seja o ator principal desta.

A extensão permite o encontro da Universidade com a vida em si mesma; e a vida é o lugar onde as ideias, a ciência, a teoria é colocada em prova. Desse modo, acreditamos que esse contato com atividades de extensão auxiliam no processo de formação profissional.

Contudo, a orientação neoliberal das políticas sociais, propicia um maior investimento financeiro nas ações voltadas para o âmbito empresarial em detrimento das políticas educacionais. Ou seja, percebe-se um maior financiamento para áreas que atendem a lógica mercadológica, refletindo assim na dificuldade de obter recursos para desenvolver projetos que atendam de forma crítica à classe trabalhadora.

Nesses marcos de sucateamento da educação, a extensão universitária tem sido do tripé universitário a ponta mais precarizada. Dentro da tríade universitária ensino, pesquisa e extensão, é claro o maior investimento em ensino e pesquisa em detrimento da extensão. Esses fatores refletem um dos limites do Grupo, que tem um intenso controle dos recursos, além das condições físicas precárias para funcionamento do mesmo.

Portanto para finalizar reforçamos mais uma vez que, o Grupo de estudo de cultura e educação popular tem como proposta fortalecer os movimentos sociais garantido sua autonomia em suas comunidades, no horizonte de contribuição mútua. Após essas reflexões, entendemos que não é à toa que no título desse ensaio colocamos a Educação Popular e o Serviço Social como uma *via de mão dupla*. Acreditamos que esse é um movimento de troca, que deve dividir os saberes. Achamos possível que o conhecimento seja construído com os movimentos sociais de forma democrática e participativa. Entendemos que é na troca de saberes que a teoria se constrói e que não deve haver supremacia de um saber sobre outros.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Helena Elpidio. Reflexões sobre a extensão universitária no contexto atual da universidade pública brasileira. in Cdrom da 19ª Conferência Mundial de Trabalhadores Social., CFESS, Cress-BA, Salvador: 2008
- BOSCHETTI, Ivanete; BERING, Elaine Rossetti. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez editora, 2011.
- BRANDÃO, Carlos R. O que é Educação Popular? Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. Conselho Federal de Assistentes Sociais (Lei nº 8662/93). Março de 1993.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional. São Paulo: Cortez editora, 1985.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARRO, K. I. Serviço Social e Movimentos Sociais: Reflexões sobre experiência de extensão universitária. Temporalis, Brasília, ano 11, n. 22, 2011.
- SILVA, Maria Lúcia Lopes. Funções desempenhadas pelo assistente social. Um novo fazer profissional. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: UnB/CEAD, mod. 4, 2000.

GREGEM: GRUPO DE ESTUDOS EM GEMOLOGIA

INTRODUÇÃO

A Gemologia é uma ciência que estuda a identificação e a classificação dos materiais gemológicos utilizados, principalmente, na confecção de joias. As gemas, por suas características únicas, têm impressionado os humanos desde os primórdios, atraídos pela beleza, raridade, durabilidade e para muitos povos pelo significado simbólico e cultural. Apesar da importância, o aprofundamento do estudo da gemologia como ciência é considerado recente. Iniciou-se em 1929 na Inglaterra com o intuito de certificar e avaliar gemas (NADUR, 2009). No Brasil, entretanto, há ainda a escassez de material bibliográfico em língua portuguesa, sendo grande parte encontrado, principalmente, em inglês, espanhol e alemão.

A motivação para implantação do GREGEM (Grupo de Estudos em Gemologia) surge num contexto onde a carência em termos de material didático, instrutivo e completo é reconhecida e sentida pelos estudantes e pesquisadores não só do curso de Gemologia/UFES, mas de outras áreas das geociências e das áreas correlatas como em outras instituições de renome. Destaca-se, ainda, o desconhecimento da população local a respeito desse ramo das geociências e suas interações com as outras áreas de conhecimento, tais como economia e contabilidade, por exemplo.

O GREGEM é um espaço de discussão multidisciplinar sobre a temática de gemologia, que congrega professores de diferentes formações, a saber, geologia, economia, engenharia de minas e contabilidade. O grupo possui como objetivo reunir pesquisadores, profissionais, estudantes, e o público em geral para promover o debate, a compreensão e a construção de conhecimento científico voltado para a área de Gemologia, buscando, desta forma, expandir o conhecimento científico e o contato da Gemologia com as demais parcelas da sociedade.

Coordenadora: Jaqueline Carolino
Co-coordenadores: José Albino
Newman Fernández, Daniela Teixeira
Carvalho de Newman

Bolsistas: Lucas Medici Macedo
Candeias, Ronielson Xavier de Jesus

Colaboradoras: Paula Vanessa Dias
Soares, Thaís Bruna Bento

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para desenvolver e divulgar suas atividades, o grupo criou o *site* do GREGEM (www.gregem.com.br), para acesso facilitado do público em geral aos resultados e serviços oferecidos pelo projeto.

A principal forma de contato do grupo com a comunidade externa, hoje, é através do *site* do GREGEM. Atualmente, o canal possui 27.781 (vinte e sete mil e setecentos e oitenta e uma) visitas de pessoas de diversos locais do mundo. É através do *site* que outras instituições, pesquisadores, amadores, colecionadores, professores de ensino básico e qualquer interessado na área procuraram o grupo para mandar sugestões, pesquisar, conhecer os assuntos abordados e esclarecer suas principais dúvidas e curiosidades referentes ao tema, pois atualmente até os alunos de ensino fundamental e médio estão interessados em temas da área de gemologia e geociências. O intuito é que a sociedade tenha conhecimento desta área e que a gemologia passe a ser discutida nos diversos campos acadêmicos.

Periodicamente, o grupo realiza reuniões no Laboratório de Caracterização Mineral e Mineralogia - LCM da UFES, com a participação dos colaboradores, alunos e voluntários para discutir livro e artigos científicos da área das geociências, economia e contabilidade buscando agregar embasamento teórico e ampliação das vertentes de pesquisa do grupo. Busca-se, por meio do GREGEM, fomentar a consciência crítica objetivando uma melhor qualificação dos alunos diretamente ou indiretamente ligados ao projeto, bem como membros da sociedade em geral.

As atividades em grupo visando a leituras de artigos e livros científicos possui o intuito de acrescentar embasamento teórico como apoio para a confecção de artigos e um melhor aproveitamento dos eventos oferecidos pelo grupo. Este resultado foi percebido, no último ano, com a aprovação dos trabalhos científicos por todos os congressos, simpósios e eventos onde foram submetidos, tanto para apresentações tipo painel, quanto oral. Para o final do ano de 2015 o grupo já possui cerca de 20 trabalhos aceitos para apresentação em congresso.

Após três anos da primeira edição, o GREGEM com o apoio da PROEX e FAPES realizou, durante os dias 17 a 21 de novembro de 2014 no auditório Manoel Vereza do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE, a Segunda Semana de Gemologia. O evento recebeu palestrantes e participantes de todo o Brasil, além de atender a comunidade acadêmica e externa da UFES. Cerca de 300 pessoas estiveram presentes no local durante os 5 dias do evento, que teve inscrição gratuita. Foram ofertados, ainda, minicursos com número reduzido de vagas, ministrados por profissionais de renome na área de geologia, mineralogia e gemologia.

Durante a semana, para estimular a produção científica dos alunos do curso de Gemologia, foi criado um espaço para a submissão de resumos científicos, avaliados por uma comissão formada por colaboradores do grupo e profissionais externos. Os resumos aprovados foram apresentados durante o evento e disponibilizados no *site* do GREGEM.

Para atrair e estimular a curiosidade das crianças e da sociedade como um todo para o estudo da Geociência, o GREGEM junto com alunos voluntários do curso de Gemologia, recebe no Laboratório de Caracterização Mineral e Mineralogia – LCM da UFES, pequenos grupos de alunos de escolas de ensino fundamental, proporcio-

nando as crianças um pouco do contato com o mundo das geociências através das amostras minerais disponíveis no laboratório, possibilitando também a divulgação do curso de Gemologia da UFES.

Além disso, o grupo organiza palestras e minicursos ao decorrer do ano, realizando o intercâmbio entre colaboradores e profissionais externos, oferecendo sempre acesso gratuito as ações, além de oferecer confecção de certificados de participação. No total já foram organizadas diretamente nove palestras e três minicursos, além de dois eventos apoiados pelo GREGEM, tendo como público os alunos do curso de Gemologia e a comunidade externa da UFES. Tais ações têm incentivado os estudantes do curso na compreensão e construção do conhecimento científico, sendo demonstrado através das publicações do grupo ao alcance da comunidade acadêmica do país. É relevante ressaltar que algumas palestras contaram com profissionais de instituições estrangeiras de renome internacional em suas áreas, trazendo equipamentos, tecnologias e conceitos atuais para os participantes, oportunidades únicas para muitos estudantes presentes.

No último ano o GREGEM organizou duas viagens de campo com os participantes voluntários do grupo (todas apoiadas pela UFES). A primeira, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG teve como destino as cidades de Belo Horizonte e Coromandel no estado de Minas Gerais. Durante o período realizou-se visitas a museus, discussões com profissionais locais, aulas de campo guiadas por professores da UFMG e UFES, além de visitas a lapidários de diamantes na região de Coromandel. A segunda viagem, em parceria com o CETEM - Centro de Pesquisa Mineral teve como destino a cidade do Rio de Janeiro. A programação contemplou visitas a joalherias da cidade e ao CETEM, localizado na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas pelo GREGEM possibilitaram o contato entre estudantes, pesquisadores e profissionais da área para a troca de informações e experiências no tema abordado, promovendo e incentivando a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Todas as atividades foram divulgadas e disponibilizadas, através de arquivos, fotos e outras mídias no *site* do GREGEM, expandindo o conhecimento científico para além dos muros da universidade. Desde o início do projeto os alunos e professores colaboradores escreveram artigos abrangendo a área de economia, custos, gemologia e geologia, possibilitando aos mesmos, participarem de simpósios, congressos, eventos e semanas relacionadas com o tema do grupo, disseminando o conhecimento e capacitando os alunos participantes em pesquisa e extensão.

A Segunda Semana de Gemologia proporcionou, por exemplo, estímulo à integração dos calouros com seus veteranos, além do contato com os profissionais da área e a comunidade externa interessada, possibilitando, também o aprofundamento da área que seguirão academicamente. A ideia de criar um espaço para a submissão de artigos científicos durante a semana possibilitou aos alunos a oportunidade de conhecer a vivência que um congresso pode oferecer, além de estimular a produção de artigos científicos, procurando disseminar e ampliar a temática das geociências.

Ante o exposto e visando a ideia original, acredita-se que o GREGEM alcançou parte de seu objetivo principal, reunindo de forma interdisciplinar diversos públicos interessados na área da gemologia. Entretanto, muitos planos ainda se encontram em andamento e que deverão ser colocados em prática nos próximos anos de projeto.

REFERÊNCIAS

- YÁZIGI, E. Deixe sua estrela brilhar. Criatividade nas ciências humanas e no planejamento. São Paulo: CNPq / Plêiade, 2005.
- MARAFON, G. J. Grupos de pesquisa e a formação de profissionais em geografia agrária. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: agricultura, desenvolvimento regional e transformação sócio espaciais II. 2006. Anais... Uberlândia, 2006.
- NADUR, A. V. A Lapidação de Gemas no Panorama Brasileiro. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Programa de Pós-Graduação em Mineralogia e Petrologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SCHUMANN, Walter. Gemas do mundo. [traduzido por Rui Ribeiro Franco, Mario Del Rey]. 9 ed. ampl. E atual. São Paulo: Disal, 2006. 280 p.

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO E ASSESSORAMENTO À PESSOA IDOSA (NEEAPI)

Com o propósito de responder as demandas de um crescente aumento da população idosa no Brasil (21 milhões – IBGE: 2010 p.191) e no Espírito Santo (364.861 pop. Idosa) surgem as Universidades Abertas à Terceira Idade. Na Ufes a UnATI surge em 1996, desta época até o presente momento já atendeu cerca de 4 mil idosos, bem como auxiliou na formação de 190 estagiários e ainda possibilitou a construção de vários trabalhos de conclusão de curso – TCC, dissertações de mestrado e teses de doutorado disponíveis em nosso acervo. Com foco interdisciplinar, a ação de educação emancipatória da UnATI estabelece uma interface cotidiana com a sociedade civil organizada (grupos, conselhos, Conselho Municipal do Idoso (COMID) , assistência, centros de convivência, centros comunitários, sociedade brasileira de geriatria e gerontologia (SBGG) , entre outros) bem como com entidades/instituições públicas (prefeituras de todo o território capixaba). O fato da UnATI vincular-se a uma instituição de ensino, a define em sua essência como um espaço de conhecimento e para o conhecimento. Neste sentido o conhecimento proposto na UnATI/Ufes em seus vários módulos (saúde e qualidade de vida, memória, história e cultura, educação ambiental, oficina de dança, coral, atualização de conhecimentos) tem como objetivo a emancipação da pessoa idosa nos vários quadrantes da vida societária. O conteúdo é repassado de forma participativa e interativa, aproveitando-se ao máximo o acúmulo das experiências trazidas pelos idosos.

Ao longo desses 19 anos a UnATI sempre manteve assento junto ao COMID e junto a SBGG entidades que lutam pela consolidação e ampliação dos direitos à pessoa idosa. Estes fatores marcam a presença da Universidade nos organismos dessa sociedade através da UnATI.

O Núcleo de Estudos e Assessoramento à Pessoa Idosa (NEE-API) do Departamento de Serviço Social da UFES, ao qual a UNATI está vinculada visa possibilitar um processo de formação e de aprofundamento de conhecimentos que contribuam para alterar

Coordenadoras: Maria das Graças Cunha Gomes, Cenira Andrade de Oliveira

Técnica de Assuntos Educacionais: Maria Cristina Vello Puppim

Bolsistas: Antonio Vitor Favero, Caroline Monteiro Mattedi, Jasmini Calmon Fereguetti, Juliana Marques Silva, Luzia Martins do Nascimento, Naira Saturno

o lugar social da pessoa idosa através da consolidação de uma unidade de referência acadêmica capaz de desenvolver e indicar elementos norteadores de uma ação profissional teórica e politicamente necessária, sintonizada com as demandas postas pela questão do Envelhecimento.

Para tanto, tem como objetivos centrais: Viabilizar a educação continuada pelo Programa de Extensão Universidade Aberta à 3ª Idade (UnATI), para pessoas da comunidade com idade igual ou superior a 60 anos. Contribuir para a Formação Acadêmica através da oferta da disciplina Curricular optativa “Velhice E Sociedade”, proporcionar a relação entre a Sociedade Civil e a Universidade Federal do Espírito Santo por meio de integração interinstitucional, assessoramento a Movimentos (Conselhos, Fóruns e Grupos Comunitários); e parcerias institucionais e produzir conhecimentos a partir do resultado das pesquisas, dissertações, monografias e TCC’s (Trabalhos de Conclusão de Curso na Graduação em Serviço Social e outras disciplinas).

O Núcleo de Estudos sobre o Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa (NEEAPI) também está formalizado como atividade de Extensão, registrado na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) sob o nº 196. Tem como atividade principal atividade, as ações da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI).

O NEEAPI compõe a estrutura pedagógica do Departamento de Serviço CCJE/UFES que de acordo com o seu Projeto Didático Pedagógico¹ tem na composição dos núcleos temáticos, uma rica e dinâmica possibilidade de ampliação da formação profissional. Assim, de acordo com este mesmo projeto, os núcleos temáticos constituem-se em instâncias pedagógicas através das quais o ensino, a pesquisa, a extensão e o estágio deverão possibilitar a sistematização e a produção de conhecimentos teórico-metodológicos e instrumentais, essenciais à formação do profissional.

As atividades de estudos, pesquisas e extensão desenvolvidas pelos Núcleos Temáticos estão articulados com a direção social do curso, tomando como referência as situações concretas e demandas sociais postas à profissão, política e linhas de pesquisas do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social.

Deste modo, os Núcleos Temáticos estão direcionados para a inserção dos alunos da graduação nos Campos de Estágio, nos projetos de Extensão, de iniciação Científica e pesquisas diversas como mecanismos para captar as demandas da realidade social, bem como atender as exigências crítica e analítica, propiciando a formulação de abstrações que poderão ser sistematizadas nos Trabalhos de Conclusão de Curso.

O Programa busca contribuir para ampliação dos direitos sociais do sujeito idoso com base nas questões que se colocam na sociedade brasileira, em decorrência da expansão demográfica desta população.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo NEEAPI, a UNATI é a principal delas. Este programa orienta-se por uma perspectiva educacional capaz de contribuir para uma maior autonomia da pessoa idosa, buscando novas possibilidades de vivência cidadã e humana.

1. Cf. Projeto pedagógico do Curso de Serviço Social, aprovado em junho de 2001 e alterado em maio de 2006.

Neste sentido a educação que defende é aquela que possibilita novas investidas pelos sujeitos, tendo no horizonte, a ruptura com situações de dominação, tutela, discriminação e violência.

Tal atividade além de contribuir para melhorar a qualidade de vida dos participantes, possibilitando-lhes a formação de reflexão crítica acerca das políticas públicas para o envelhecimento, também possibilita uma contribuição efetiva para a formação de alunos da graduação e pós-graduação no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e do estágio curricular. A UnATI é campo de estágio curricular na graduação em Serviço Social e de pesquisa a nível de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

A ação pedagógica pressupõe uma convergência de saberes disciplinares e interdisciplinares, que explicam as diversas especificidades que estruturam a vida biológica e psicossocial da pessoa idosa, tendo por base uma perspectiva ontológica do homem. A formação no e para o envelhecimento, portanto, deve ser orientada politicamente “para ajudar a decifrar os enigmas do mundo, sobretudo o do estranhamento de um mundo produzido pelos próprios homens” (Mészáros, 2009).

O programa conta com a colaboração de uma equipe interdisciplinar para conduzir os módulos (assistentes sociais, médico/a, enfermeira, pedagoga, musicista, psicopedagoga) . A Programação é definida a partir dos interesses e necessidades emergentes, porém a grade estruturante da proposta é constituída da seguinte forma²:

Módulo I: Saúde e Qualidade de Vida

- Fisiologia normal do envelhecimento
- Política de saúde para a pessoa idosa
- Individualidade e coletividade para um envelhecimento saudável (modo de vida, sexualidade e nutrição).

Módulo II: Dança Sênior

- Atividade física e melhoria da qualidade de vida
- Expressão corporal como manifestação lúdica e prevenção da fraqueza muscular, rigidez articular e perda de domínio dos movimentos coordenativos.
- Desenvolvimento da memória, da sociabilidade e da potencialidade do indivíduo.
- Autonomia e independência no processo de envelhecimento individual.

Módulo III: Oficina da Memória

- Ginástica e estimulação cerebral (neuróbica). As atividades objetivam processos de desenvolvimento cerebral numa visão crescente e decrescente do ser humano.
- Atividades manuais, lúdicas, leituras e voz alta e jogos com palavras embaralhadas.
- Resgate cognitivo da história e da cultura do indivíduo

Módulo IV: Atualização de Conhecimento

- Discussões e debates de temas atuais referentes à realidade vivida e posta na contemporaneidade.

2. Além da Programação Básica, estão previstas oficinas, cujas temáticas são definidas de acordo com os interesses dos participantes.

- Conhecimento cultural de diversos países.
- Abordagens de políticas públicas e sociais voltadas ao Estatuto do Idoso.
- Direitos e cidadania referente ao espaço ocupado do idoso na Sociedade.
- Educação Ambiental
- Questões acerca da aposentadoria.

Módulo V: Coral da UnATI

- Atividades de aquecimento vocal;
- Integração social dos idosos através da arte;
- Apresentação em datas festivas, tais como recital e cantatas;

CONTRIBUIÇÃO PARA O CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O NEEAPI está representado, por meio da técnica de assuntos educacionais, no Conselho Municipal do Idoso de Vitória/ES (COMID). Isso possibilita uma difusão do conhecimento acadêmico no âmbito da formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas voltadas para o público idoso.

Princípios Básicos que Fundamentam a Ação

- Visão dialética e percepção da realidade enquanto totalidade.
- Visão sobre a velhice na sua múltipla dimensão e percepção dos problemas que a envolve, a partir das suas determinações básicas.
- Ênfase no papel mediador do profissional na busca de desvendar processos (sócio-políticos) com o intuito de fortalecer o poder do cidadão idoso.
- Busca da emergência de sujeitos (sociais) coletivos.
- Esforço de construção de uma proposta emancipatória, levando em conta a subjetividade dos atores.

Contribuições da UnATI para o Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social

- Aprofundamento teórico da temática do envelhecimento.
- Conhecimento do Programa.
- Conhecimento da Proposta do Módulo.
- Conhecimento dos alunos participantes do módulo (composição e análise do perfil da turma).
- Entrevista, cadastro de participantes.
- Participação do planejamento das atividades semanais do módulo.
- Participação das atividades do processo interativo (facilitar a socialização e o fortalecimento do grupo).
- Participação das atividades gerais (ambientação, interação e dinâmica de sala de aula).
- Sistematização/documentação das atividades desenvolvidas no semestre.
- Participação das atividades didático-pedagógicas (debates, reflexões e/ou desenvolvimento de uma temática ou seminário).
- Participação do processo de avaliação (dinâmica e sistematização).
- Sistematização / documentação das atividades desenvolvidas no semestre.

- Participação em seminários, reuniões coletivas, eventos científicos e culturais de interesse e necessários ao desenvolvimento do programa.

RESULTADOS

No corpo do texto apresentado já constam os resultados proporcionado aos idosos e à sociedade pela UnATI, no entanto, nem todos resultados produzidos pelo programa são mensuráveis, e além dos que já foram relatados acima, o retorno que se tem maior visibilidade é de que a mesma tem contribuído ao longo desses dezoito anos de existência para uma velhice mais cidadã, e portanto mais digna.

REFERÊNCIAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em <WWW.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao>. Acesso em 14 set 2015.

NEEAPI/UNATI. Proposta Básica. 2010.

Relatório de Atividades NEEAPI.

UMA EXPERIÊNCIA DE VIVÊNCIA DO PET E GRADUAÇÃO DA UFES NO ASSENTAMENTO DO MST

Docente: Silvia Neves Salazar

Discentes: Luna Alves de Souza
Rodrigues, Amanda Teixeira Silveira,
Emily Nascimento Almeida, Rosimery
Soares Loiola

O presente resumo tem como objetivo apresentar a atividade de extensão denominada “Vivência no MST” que compõe uma atividade integrada entre PET Serviço Social, PET Licenciatura e graduação da UFES. A motivação para a referida atividade é fruto de uma experiência vivenciada pelo PET Serviço Social e graduação desde 2010, onde se busca uma aproximação da realidade de um assentamento do MST.

A aproximação ao movimento dos trabalhadores sem terra se constituiu de maneira a entendê-lo através da própria experiência individual e coletiva de vivência. Em 2010, a atividade de vivência foi realizada no assentamento Tomazzini, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Santa Tereza. Esta atividade conseguiu atingir seus objetivos, se configurando como um espaço extremamente rico de aprendizado e troca de experiências bem como, maior reconhecimento e legitimação do MST, junto aos discentes e docentes, oportunizando a interação entre os saberes populares e o espaço da academia. Estreitar os laços e lutas entre o campo e a cidade configura-se como um dos resultados obtidos nesta experiência de extensão.

Buscando dar continuidade à aproximação com o movimento, o grupo decidiu permanecer com a atividade de vivência em seu planejamento, mas com novos objetivos, dentre eles, uma pesquisa científica. Deste modo, foi realizada uma nova vivência, no ano de 2011, desta vez no assentamento Florestan Fernandes, em Guaçuí. Nesta atividade foram realizadas entrevistas com alguns assentados com o objetivo de resgatar a trajetória histórica daquele assentamento, fotos e depoimentos que narravam às lutas constituintes da história do assentamento Florestan Fernandes também contribuíram para a coleta de dados que constitui uma pesquisa realizada pelo grupo PET Serviço Social sobre o MST e sua trajetória de lutas.

Desde 2010 a atividade de vivência é realizada anualmente, onde o grupo passa um final de semana no assentamento. Sem-

pre somos recebidos com uma calorosa recepção dos assentados, que organizam uma mística de apresentação das lutas do assentamento e um farto almoço. Em torno de quarenta e quatro estudantes e discentes que participam da atividade de vivência se dividem em brigadas para auxiliar na organização e tarefas do assentamento. Dentre elas: brigada da cozinha, de limpeza do banheiro, das oficinas, da atividade cultural, dentre outras. Na parte da tarde os grupos PET Serviço Social e Licenciatura realizam oficinas temáticas com os assentados. E para finalizar o sábado organizamos conjuntamente com os assentados uma noite cultural, com músicas e danças, o que tem possibilitado maior integração entre a comunidade acadêmica e comunidade assentada.

No domingo a vivência volta-se para uma visita ao assentamento e acampamento do MST. Trata-se de um momento muito rico, pois conhecemos de perto a realidade de vida de muitos assentados, suas histórias, conquistas e desafios que ainda vivem. Desde 2011 estabelecemos um vínculo com o assentamento Florestan Fernandes, onde trocamos conhecimentos e experiências sobre diversas temáticas dentre elas: a luta do movimento dos trabalhadores sem terra, o debate sobre a violência contra a mulher, sobre a desigualdade social, trabalho infantil, cultura e arte, dentre outros. E desde 2014 a atividade vem sendo realizada em conjunto com o PET Licenciatura, onde são desenvolvidas algumas oficinas pedagógicas com as crianças e adolescentes residentes do assentamento.

Dentre os objetivos da atividade de extensão destacamos:

- Possibilitar aos participantes uma experiência de vivência e formação no assentamento do MST;
- Possibilitar uma aproximação e integração entre assentados e comunidade acadêmica;
- Instigar nos interessados a capacidade crítica e reflexiva sobre o Movimento dos Sem Terra, para além do que a mídia retrata, promovendo assim maior apropriação das lutas populares;
- Contribuir para formação política e profissional dos estudantes de graduação e demais envolvidos;
- Realizar oficinas temáticas com crianças, adolescentes e adultos do assentamento, conforme demanda identificada previamente com as lideranças;
- Possibilitar o conhecimento da história do movimento pela reforma agrária, bem como outras bandeiras de luta;
- Contribuir para desmitificar o conceito difundido na sociedade em relação à criminalização e lutas do movimento em questão.

Antes de realizarmos a vivência os interessados participam de uma atividade intitulada Pré MST, onde através da exibição de vídeos sobre a temática e bate papo com os estudantes interessados são socializadas experiências de vivência anteriores, visando possibilitar que os estudantes se aproximem previamente da atividade. A divulgação da atividade é feita através da confecção de cartazes, os quais são afixados nas salas e corredores dos edifícios do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE da UFES e demais espaços estratégicos da Universidade Federal do Espírito Santo, assim como Facebook e Blog do PET/SSO.

Com isto, objetiva-se divulgar para a comunidade acadêmica um pouco do histórico de lutas do MST e os resultados obtidos em outras vivências para aproximar os estudantes da realidade desse movimento. Foram utilizadas diversas metodologias, envolvendo filmes, curta metragem e exposição de fotos.

Como já destacamos um dos objetivos centrais é colaborar para a descriminalização dos movimentos sociais, nesse caso, o MST, mostrando a realidade concreta desse movimento. Neste contexto, propomos aprofundar o debate sobre as questões aparentes e essenciais acerca do MST, e, desta forma, refutar os aspectos negativos da grande mídia, que atomizam os indivíduos com reportagens que criminalizam os movimentos sociais exibindo-os como desarticulados, desorganizados e ilegítimos. A partir desta compreensão, as atividades são conduzidas com objetivo de interagir com o movimento social, o qual possibilita um aprofundamento a respeito do histórico do MST, objetivando a compreensão do significado do movimento. Contudo, são vivenciados todos os espaços com a intenção de reforçar a ideia central do movimento.

No fim de cada atividade de Vivência no MST percebem-se resultados que contribuem para maior aproximação da universidade e comunidade externa, assim como também entre a própria comunidade interna da UFES (estudantes de vários cursos e professores/tutores). Tal atividade reflete em avanços de debates nos próprios Cursos. Além de facilitar meios para socialização dos assentamentos do MST com os graduandos, a atividade tem possibilitado aproximação dos estudantes com o movimento, permitindo novas reflexões.

Em 2013 o grupo PET realizou a Vivência no MST, no assentamento Florestan Fernandes, organizando algumas atividades culturais, oficinas e o retorno acerca do material colhido na visita anterior. O grupo PET retornou com um banner e a devolução da pesquisa¹ realizada no período de 2011 a 2013. Assim como também um vídeo contando a trajetória de lutas do assentamento (em CD), e um álbum com as fotos tiradas na vivência anterior.

No ano de 2014 o grupo PET Serviço Social em conjunto com PET Licenciatura promoveu diversas atividades, sendo que o grupo PET Serviço Social foi o responsável pela elaboração de várias oficinas, entre elas oficina para crianças onde foram realizadas brincadeiras populares, utilizando bolas, cordas, bandeiras. Outra oficina realizada foi a de stêncil na qual foram feitas pinturas em camisetas, sendo o público alvo desta atividade os jovens. E a oficina destinada aos adultos baseou-se em uma roda de conversa expositiva e dialogada, abordando a temática da história do assentamento Florestan Fernandes.

O grupo PET compreende a vivência como possibilidade para a aproximação com o movimento, bem como apropriação das lutas populares, o que contribui para a formação profissional, humana e política dos estudantes de graduação e dos demais envolvidos na atividade.

1. Cabe ressaltar que a pesquisa realizada pelo grupo PET foi socializada em eventos acadêmicos, inclusive fora do Espírito Santo, dentre eles o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social (ENPESS), em Juiz de Fora. E ainda, o Encontro Nacional dos Grupos PET (ENAPET), realizado em São Luiz do Maranhão. Pretende-se ainda, levar os resultados dessa pesquisa a outros espaços, dentre os quais está a Jornada de Extensão na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), como forma de dar visibilidade ao movimento no meio acadêmico.

Desta forma, foi criado um vínculo com o assentamento e este é resultado de uma atividade de extensão, que embora limitada pela distância do Assentamento Florestan Fernandes localizado no município de Guaçuí, a aproximadamente cinco horas da UFES, a atividade criou uma relação, hoje, indissociável entre universidade e comunidade assentada. Atualmente o grupo encontra-se num momento que busca dar continuidade a tal atividade a partir do tema das opressões e fortalecimento do movimento. E nesta experiência foi pontuada também a importância de diversas discussões polêmicas no MST, como, por exemplo, a temática LGBT, pelo fato dos assentados não terem acúmulo do debate, questão esta que tem gerado um desconforto no assentamento.

Portanto, esta atividade conseguiu atingir seus objetivos, se configurando como um espaço extremamente rico de aprendizado e troca de experiências, bem como, maior reconhecimento e legitimação do MST, junto aos participantes da atividade.

REFERÊNCIAS

- Planejamento Anual 2014 - PET Serviço Social da UFES.
Relatórios de Atividades do PET SSO, 2011, 2012, 2013, 2014.
ABEPSS/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996.
BRASIL. Programa de Educação Tutorial. Manual de Orientações Básicas – PET. Brasília, 2006.
GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

OFICINA DE INSTRUMENTALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL: UMA APROXIMAÇÃO COM O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO INTERIOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – A EXPERIÊNCIA EM DOMINGOS MARTINS

Docente: Sílvia Neves Salazar

Discentes: Gabriela Romanha V. Oliveira, João Paulo da Silva Valdo, Suellen Silva da Cruz, Viviane Vaz Castro

O projeto de extensão intitulado “Oficina de Instrumentalidade em Serviço Social” é uma atividade de caráter de ensino e extensão, realizada pelo Programa de Educação Tutorial (PET) de Serviço Social. Tem como objetivo oportunizar aos participantes, discentes do curso de Serviço Social e profissionais da área, subsídios teóricos e práticos acerca da questão da Instrumentalidade do Serviço Social, a partir dos fundamentos teórico-metodológicos, ético político e da troca de experiências no uso do instrumental técnico-operativo no cotidiano profissional. Para tal, são produzidos grupos de estudos, que fazem parte do calendário programado do PET, que subsidiam os debates acerca da instrumentalidade na realização do projeto.

O projeto se justifica diante da carência do debate da instrumentalidade junto aos profissionais de Serviço Social, assim como identificamos tal demanda a partir de uma visita técnica aos espaços sócio-ocupacionais no município de Domingos Martins, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, proporcionando assim uma troca de experiências entre esses campos de conhecimento. Dentre os objetivos deste projeto destacam-se: Fortalecer a indissociabilidade entre teoria e prática junto aos discentes e os assistentes sociais; oportunizar aos profissionais e discentes de Serviço Social o aprofundamento e resgate teórico/ prático acerca da instrumentalidade em Serviço Social; assim como contribuir com a aproximação academia e instituições sociais. A atividade acontece uma vez por mês por meio da realização de palestras e oficinas onde é abordada a importância, a concepção e os objetivos da instrumentalidade e dos instrumentos no trabalho profissional.

O serviço social, segundo Iamamoto (2014), a partir da “reforma estatal” dos anos 90, inicia um processo coletivo de construção das diretrizes curriculares que passa a tratar com rigor o aspecto teórico-metodológico, tratando a questão social não mais como causa individual e sim como resultado da dimensão das forças sociais que nela incidem, desta forma:

o tratamento analítico atribuído à questão social não se identifica com a “situação social problema” ou com os “problemas sociais”, em que o complexo de suas causalidades sociais é deslocado para o indivíduo isolado, responsabilizando e culpabilizando pelas carencias humanas. (IAMAMOTO, 2014, pg 183)

Assim, a partir de um acúmulo no processo histórico da profissão houve a superação dos termos “impacto social pela ação transformadora” e “problemas sociais”, visto que esses podem se identificar com a ótica da solidariedade, promovendo um estado de anomia. (IAMAMOTO, 2014, pg 183).

Desta forma, o intuito do projeto visa contribuir subsídios teóricos e práticos acerca da questão da Instrumentalidade do Serviço Social às assistentes sociais, a partir da fundamentação teórica e troca de experiências no uso do instrumental técnico-operativo do cotidiano profissional. Assim como visa fomentar a discussão teórica e prática acerca do tema, que constitui parte importante do trabalho profissional, bem como oportunizar aos profissionais de Serviço Social o aprofundamento e resgate teórico/prático acerca da instrumentalidade em Serviço Social por meio da realização de palestras e oficinas. Neste projeto é abordada a importância dos instrumentos no cotidiano profissional, busca-se apreender o exercício da mediação através do uso dos principais instrumentos técnicooperativos, dentre eles: visita domiciliar, entrevista, parecer e laudo social. Outro objetivo que o projeto atinge é proporcionar aos estudantes da graduação uma aproximação da realidade do trabalho dos profissionais de Serviço Social, através da participação na atividade.

A execução do projeto se divide em 4 módulos pensados a partir da unidade teoria/prática, advindos do cotidiano profissional das/dos assistentes sociais. Esses módulos são divididos em:

1º Módulo

Trabalho e Processo de Trabalho – O trabalho no atual contexto. A categoria trabalho a partir da sua dupla dimensão: trabalho concreto e trabalho abstrato, contextualizando o trabalho do Serviço Social nestas duas dimensões. A categoria processo de trabalho: objeto, meios e resultados e suas particularidades no Serviço Social.

2º Módulo

Instrumentalidade e Instrumentos. A instrumentalidade como mediação no trabalho profissional: a capacidade teleológica do ser humano. A perspectiva da razão dialética em oposição a razão tecnicista. Situando a utilização dos instrumentos na perspectiva da racionalidade dialética.

3º Módulo

Abordagem teórico/prática na condução dos instrumentais técnico-operativos: Sistematização da prática, entrevista e visita domiciliar.

4º Módulo

Abordagem teórico/prática na condução dos instrumentais técnico-operativos: relatório técnico, parecer, laudo e estudo social.

Em cada módulo é proposto que haja um palestrante que domine o tema em questão, um petiano que através de uma dinâmica fomente a participação dos profissionais a partir do tema abordado com a prática profissional diária. O local de realização da atividade é o auditório da Secretaria de Assistência Social de Domingos Martins. No primeiro semestre foram realizados 4 encontros mensais com carga horária total de 20 horas (de abril a julho). O público alvo são assistentes sociais que trabalham na prefeitura de Domingos Martins e região serrana, petianos e estudantes da graduação do curso de Serviço Social. O projeto se deu através da parceria entre a UFES, especificamente o Departamento de Serviço Social com apoio da PROEX e a Prefeitura de Domingos Martins que convidou outras prefeituras da região serrana do estado para participar deste momento de formação. Ao final da atividade, com base na experiência profissional dos assistentes sociais, os participantes apresentarão um texto que descreva e analise um instrumental técnico-operativo utilizado pelo Serviço Social, além do preenchimento de uma ficha avaliativa no intuito de levantar um debate no grupo a partir das demandas dos profissionais para o processo de reflexão acerca da prática. Busca-se ao final dos encontros uma avaliação dos participantes para a elaboração de um artigo final, visando a sistematização desta experiência de extensão.

O debate sobre a instrumentalidade e Serviço Social embora, nos últimos anos, se consolide na formação profissional como um tema extremamente relevante, ainda carece de espaços para tal aprofundamento. Particularmente, os profissionais de Serviço Social no Estado do Espírito Santo, em vários fóruns de debate sinalizam tal fragilidade, a partir do cotidiano do exercício profissional, que muitas vezes é reduzido a respostas imediatistas. Nessa perspectiva, segundo os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social

O Serviço Social como profissão, em sete décadas de existência no Brasil e no mundo, ampliou e vem ampliando o seu raio ocupacional para todos os espaços e recantos onde a questão social explode com repercussões no campo dos direitos, no universo da família, do trabalho e do “não trabalho”, da saúde, da educação, dos/as idosos/as, da criança e dos/as adolescentes, de grupos étnicos que enfrentam a investida avassaladora do preconceito, da expropriação da terra, das questões ambientais resultantes da socialização do ônus do setor produtivo, da discriminação de gênero, raça, etnia, entre outras formas de violação dos direitos. Tais situações demandam ao Serviço Social projetos e ações sistemáticas de pesquisa e de intervenção de conteúdos mais diversos, que vão além de medidas ou projetos de Assistência Social. Os/as assistentes sociais possuem e desenvolvem atribuições localizadas no âmbito da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, como também na assessoria a movimentos sociais e populares. (CFESS, 2011, p.10)

Numa perspectiva que se opõe a essa razão puramente instrumental, que reduz a ação profissional ao atendimento da produção e reprodução da ordem burguesa, nossa proposta volta-se para a ênfase do debate teórico-metodológico da instru-

mentalidade e no uso do instrumental técnico-operativo utilizado pelo Serviço Social, a partir da razão dialética, onde temos como centro o atendimento qualitativo das necessidades humanas, em contraposição à lógica quantitativa e produtivista. Nesta perspectiva, compreendemos que,

[...] a intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante. (CFESS, 2011, p.7)

A necessária suspensão do cotidiano nos possibilita refletir sobre o trabalho profissional do assistente social através de várias mediações, onde a análise crítica da totalidade das relações sociais sugere a criação de alternativas na perspectiva das necessidades humanas. Não podemos negar que as respostas profissionais dos assistentes sociais, neste contexto, são permeadas pelas determinações histórico-sociais do atual padrão do modo de produção capitalista, onde estes profissionais são requisitados. Porém, a partir da apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos a dimensão técnico-operativa que a profissão vem forjando nos últimos anos, tem contribuído para que os assistentes sociais elaborem respostas onde o trabalho seja direcionado para o atendimento das necessidades da classe trabalhadora. Embora essas respostas sejam marcadas por limites e desafios.

Este projeto, portanto, propõe contribuir para potencializar a ação profissional dos assistentes sociais no sentido de apreender o significado e funcionalidade dos instrumentais técnico-operativos manuseados no trabalho cotidiano. Dentre tais instrumentos como já destacamos estão a visita domiciliar, a entrevista, o laudo, o parecer social, o relatório social, estes em sintonia com os interesses e necessidades da classe trabalhadora, usuária dos serviços de assistência social e saúde do município de Domingos Martins.

Neste perspectiva, o projeto visa contribuir com o trabalho do Serviço Social que atua diretamente na execução de políticas sociais públicas além de contribuir na formulação e gestão das políticas sociais. Vale ressaltar que, frente a outras demandas identificadas na realidade em sintonia com a referida proposta a coordenação buscará possibilidades de mudanças frente à questão dos instrumentais técnico-operativos utilizados pelos assistentes sociais no seu cotidiano de trabalho.

Por fim, o presente projeto de extensão que visa contribuir também com a interiorização da capacitação continuada dos profissionais da área do Serviço Social, tendo seu início no município de Domingos Martins e região serrana, busca contribuir para o processo de formação profissional em cidades do interior do Estado do Espírito Santo. Trata-se de uma ação que se volta para o fortalecimento de discussões que interferem no cotidiano do trabalho profissional dos assistentes sociais nas diversas áreas de atuação, onde temos como horizonte a indissociabilidade entre teoria e prática.

Neste sentido, o acesso e a socialização da produção de conhecimento do Serviço Social através de palestras, debates, oficinas, como está sendo proposto no re-

ferido projeto de extensão, são elementos que contribuem para a materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social, ou seja, são esses instrumentos que possibilitam a viabilidade do Projeto Profissional Crítico na realidade, onde devemos avançar em relação às ações isoladas e assumir o Projeto Ético Político como uma projeção coletiva no trabalho profissional (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

REFERÊNCIAS

- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Brasília: CFESS, 2011.
- GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social (org) – Juiz de Fora: Editora UJF, 2012.
- _____. Instrumentalidade do Processo de Trabalho e Serviço Social. IN. Revista Serviço Social e Sociedade N. 62. São Paulo: Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1988
- _____. O serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2014
- _____. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341- 376.
- SILVANA Mara de Morais dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Orgs). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília; CFESS, 2009. p. 185- 199.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE CULTURA E EDUCAÇÃO POPULAR “PROJETO TERRITORIALIDADES E CULTURA”

O Grupo de Estudos Sobre Cultura e Educação Popular tem como objetivo privilegiar o aprendizado da prática na relação entre comunidade e universidade, acreditando que na extensão é possível vincular a prática e o processo de formação profissional. Estabelecer a dialética entre teoria e prática no Serviço Social é um dos objetivos do Grupo que vem realizando estudos e ações no campo da cultura e educação popular visando contribuir com o fortalecimento das lutas populares nos territórios urbano e rural. A abordagem territorial, nesse sentido, vem oferecer o suporte para a análise necessária das dinâmicas de desenvolvimento tendo como pressuposto o espaço social e as relações de poder nele existente. Assim, o território é o ponto focal do desenvolvimento, isto é: representa o elemento de organização das propostas de desenvolvimento. E a cultura vem com um conjunto de saberes que determinados grupos tecem na sociedade, deixando impressas suas marcas ideológicas, políticas, simbólicas e as suas tradições. Em suas particularidades eles constroem e apresentam suas formas de poder no território que os abriga, onde trabalham e constroem suas vidas. As práticas culturais, as relações de parentesco, o modo de viver, os costumes, os vínculos de determinados grupos e seus territórios, as memórias do passado, possibilitam aos grupos sociais, a construção de sua territorialidade étnica.

As relações sociais produzidas no espaço urbano não resultam apenas em formas materiais e funcionais que sustentam o processo de produção capitalista. Elas também são marcadas pelos códigos e símbolos que se constroem na vida cotidiana e que estabelecem um sentido particular no processo de produção da cidade.

Os grupos que fazem parte de uma territorialidade resistem, estabelecem pactos e influenciam a formação de outros territórios. A estrutura que eles revelam, as relações que se estabelecem entre eles são dinâmicas numa sociedade complexa. Esta é a complexidade dos territórios da cidade onde se tem que enfrentar para alcançar a abordagem da cultura e das territorialidades urbanas.

Docente: Adriana Amaral F. Alves

Discentes: Sócrates Pereira Silva, Stefani Ferreira Trames, Mariana Rébula Vieira, Suellen Silva da Cruz, Keyla Coelho Pancrácio, Paula Gabrielle N. Rício

Com esse entendimento, o Grupo de Estudos sobre Cultura e Educação Popular em parceria com o curso de Geografia da UFES, por meio do programa de extensão “Observatório dos Conflitos no Campo OCCA”, tem realizado o projeto interdisciplinar de extensão “Territorialidades e Cultura”, que tem se realizado junto às mulheres e homens que no passado participaram da Associação das Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras. Temos como objetivo recuperar as experiências de trabalho do Serviço Social com as comunidades, no território urbano e rural e a busca de mediações históricas reais visando à unidade entre teoria e prática. Além disso, busca-se uma reconstrução da memória histórica, do período de resistência das lutas das mulheres desfiadeiras de siri, entendendo como se deu o processo e como foi a união destas, na cooperativa. E também entender como filhos e filhas das desfiadeiras e pescadores da região da Ilha das Caieiras veem esse processo. A ideia é buscar entender melhor qual a visão e envolvimento desses jovens na comunidade em que vivem. Quais percepções eles têm da organização da comunidade, o que pensam sobre a continuidade e futuro e o que sabem da história daquele local. Essas são indagações que estão sendo refletidas através desse projeto, através do resgate das memórias de seus pais e avós. Entendendo sua cultura e suas características, por consequência, entende-se também a territorialidade da região que “representa a origem de um enraizamento ao lugar e ao grupo de que se faz parte e no interior do qual se constrói uma memória e tradição, que se comunicam e comunicam aos indivíduos de cada geração a própria história.”¹

O território em foco atualmente no projeto é a Ilha das Caieiras², ela é anterior à formação da Região Grande São Pedro e localiza-se geograficamente ao norte e a oeste com a Baía Noroeste de Vitória, ao sul e a leste com os bairros de Santo André e São Pedro. Faz parte do complexo demográfico da “Grande São Pedro”, que compreende 10 bairros. Há registros de que a Ilha, inicialmente, era habitada por índios e em fins do século XIX, passou a ser ocupada por quilombolas e imigrantes. Se tornou conhecida por canoeiros, que transportavam sacas de café das fazendas da região Serrana pelo Rio Santa Maria com destino ao Porto de Vitória, e utilizava a Ilha das Caieiras como parada para descanso. Entretanto, depois de quase meio século como produto principal da economia brasileira, na década de 1920, o café entrou em crise no país: a demanda não atendia mais a oferta, houve uma crise de super-produção, agravada a partir da Crise Mundial de 1929. Em decorrência disso, a atividade cafeeira sofreu uma grande redução e muitos passaram a buscar outras formas de se reproduzir nesta sociedade. Nas fazendas produtoras de café do Espírito Santo não foi diferente. Assim, muitos canoeiros que antes transportavam sacas de café resolveram trocar esta atividade pela pesca, rompendo com algumas tradições.

1. GUSMÃO, p. 118

2. O nome Ilha das Caieiras tem suas origens em dois fatores característicos: um geográfico e outro histórico. Geograficamente, no início de sua ocupação, a área estava cercada por mangues que por ocasião das marés altas lhe conferia um aspecto insular. A expressão “caieiras” significa fábrica de cal ou forno onde se calcina a pedra calcária para fazer cal. A palavra no plural sugere a disseminação de fornos dedicados a essa atividade na região, além de estar nas proximidades da Ilha da Cal. Entretanto, não há notícias de jazidas de calcário em rocha na Ilha das Caieiras, que pudessem fornecer a matéria-prima para a fábrica de cal. O material nesse caso, vinha das ostras abundantes no lugar e em sua vizinhança. Produzida em grande quantidade, a cal era ensacada e levada em barcas para a Estação Vitória-Minas, sendo exportada para várias regiões do Brasil. Fonte: Diagonal Urbana, Projeto Terra, SEDEC / DIT / GEO.

Além disso, na década de 1930, foi instalada, na Ilha, uma fábrica de Cal, denominada Fábrica Boa Esperança, a qual atraiu centenas de migrantes em busca de trabalho. Muitos eram nordestinos, que vieram em função da intensa seca que assolou o nordeste no início do século XX; muitos outros eram agricultores que já não conseguiam sobreviver da monocultura do café e foram atraídos para região. Ambos visavam à empregabilidade na fábrica e a pesca como possibilidade de melhores condições de vida, o que evidenciava um sentido libertário, já que estavam rompendo com tradições e reinventando formas de permanecerem vivos em meio a esta sociedade que aprofundava cada dia mais as relações fetichistas e abstratas nela existentes.

Quando a produção cafeeira no vale do rio Santa maria entrou em declínio, na crise dos anos vinte [...] foram diversas as pessoas afetadas pela falta de emprego, que trocaram as terras de Santa Leopoldina pela Ilha das Caieiras. os canoeiros já tinham conhecimento que, na Ilha, a Fábrica Boa Esperança e a pesca no manguezal ofereciam condições de trabalho e sobrevivência. (NEVES apud SOUZA, 2008, p.35)

No primeiro mandato de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, houve um intenso processo de industrialização e urbanização no país. A população que veio para Vitória em decorrência do êxodo rural se viu obrigada a ocupar o mangue, próxima à região da Ilha das Caieiras, e assim se iniciou o processo de ocupação de São Pedro. Tal processo se deu de forma desordenada: as famílias chegavam e ocupavam o mangue, montando suas casas, seus barracos, suas lonas, e ali permaneciam em situações muito precárias. Aos poucos, o mangue foi sendo totalmente ocupado. ANDREATA (1987, p. 18), conta que as lideranças surgiam de forma espontânea. Ela e seu marido, por exemplo, se tornaram referência por terem brigado para que fosse preservado um espaço de 12m a fim de se formar uma rua, e não um beco e depois que a importância de se ter uma rua foi reconhecida, iam atrás deles para que eles fizessem a demarcação.

Em pouco tempo, não havia mais espaço no mangue de São Pedro I. “Muita gente chegava do interior e ficava encostada nas casas de parentes, morando dez, quinze pessoas num pequeno barraco” (ANDREATA, 1987, p. 25), e por isso, que, cansados dessa situação, em 2 de outubro de 1977 resolveram ocupar uma outra região ali perto, ocuparam o morro, que ficou sendo chamado de São Pedro II.

Assim foram as ocupações até São Pedro VI. Eram iniciadas em função da falta de espaço no bairro ocupado anteriormente, o que culminava na necessidade de ocupar outro espaço, fundando outro bairro.

Em meio a essas ocupações, havia sempre exigências por melhores condições de vida: lutavam por luz, água, drenagem e pavimentação. Queriam urbanizar o manguezal. Esse desejo de urbanizar o manguezal está diretamente ligado à ideologia disseminada de que aquilo que é urbano é melhor. Uma ideologia que tem suas bases no aprofundamento do capitalismo e consequente aumento do fenômeno da reificação e das relações fetichistas e abstratas, e do distanciamento, cada vez maior, do homem com a natureza, e da necessidade do mesmo em dominá-la e transformá-la para o servir.

No decorrer do tempo, a medida que os bairros foram sendo ocupados, a luz e a água foram chegando. Quanto à pavimentação, a solução dada pela prefeitura a São Pedro I foi o aterro por meio do lixo.

Com o crescimento industrial e o aumento do marketing de consumo (“The American Way Of Life”), os centros urbanos brasileiros passaram a apresentar um novo problema: os resíduos urbanos, líquidos e sólidos. Na maioria das capitais este problema foi “resolvido” - apenas temporariamente - com o descarte de resíduos líquidos em rios e mares e a criação de zonas de descarte dos resíduos sólidos em áreas do entorno das capitais, ou seja, na periferia. (COSTA, 2008, p. 129)

Assim, a administração pública de Vitória “resolveu” dois problemas: a do lixo produzido na cidade e as reivindicações da região de São Pedro, e a partir de 1978, São Pedro I se tornou um lixão a céu aberto, de onde muitos passaram a retirar seu sustento, catando e vendendo o que era possível, já que não encontravam condições de se reproduzir nos moldes do sistema capitalista, que já havia atingido seu estágio de desenvolvimento máximo e já não oferecia condições de inseri-los.

O lixo depositado ali trouxe vários problemas sociais e ambientais. As condições de vida já era precária, e piorou consideravelmente. Desenvolveu-se na época, vários problemas de saúde, as moradias continuaram sendo palafitas, mas se antes eram em cima do mangue, passaram a ser em cima do lixo. No que tange ao ambiental, o depósito do lixo foi determinante para alterar a flora existente no mangue que sofreu muito, por ter sido ocupado por casas, pelo lixo, e pelo despejo de esgoto. Já não era possível pescar a mesma quantidade de peixe, os mariscos estavam sumindo.

A partir da década de 1980, o país passou por um processo de redemocratização e, também, Reforma Sanitária. Isto abriu precedentes para várias denúncias em relação a situação precária de condição de vida e trabalho. A cata de lixo foi proibida e a prefeitura investiu em uma usina de lixo, ao lado da Ilha das Caieiras.

A Usina de Lixo ali instalada era administrada por uma Organização Não-Governamental, fator este justificado pelo aumento da atuação do terceiro setor na sociedade. No processo de redemocratização, o Estado, adotando o modelo neo-liberal e justificando-se na crise e conseqüente escassez de recursos, reduziu consideravelmente sua intervenção no setor social e passou a estimular o crescimento do terceiro setor.

Neste contexto, o mercado passa a regular e legitimar o âmbito social, estimulando a livre concorrência, a desigualdade e o individualismo. Em meio a isso, algumas entidades públicas e privadas fizeram uma parceria a fim de fomentar o processo de modernização da Ilha das Caieiras: o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a ONG Centro Cultural de Atividades da Ilha das Caieiras (CE-CAES) com apoio da Prefeitura Municipal de Vitória estimularam a fundação de uma cooperativa, com o intuito de organizar o desfilio e venda de siri.

A extensão permite o encontro da Universidade com a vida em si mesma; e a vida é o lugar onde as ideias, a ciência, a teoria é colocada em prova. Na extensão, torna-se possível vincular a práxis ao processo de formação profissional. Por meio da extensão, os estudantes podem realizar uma busca para além do exercício do

pensamento abstrato, edificando a dialética necessária entre a educação e a experiência social. Tanto rejeitando as formas tipicamente acadêmicas que autonomizam as ideias face à realidade, correndo sério risco de cair no idealismo, atribuindo às ideias uma vida própria que elas não têm e nem podem ter; quanto possibilitando que aqueles que lá fora estão envolvidos em experiências reais e que devem se voltar para o exercício reflexivo sobre a própria vida. Neste sentido, a Universidade pode contribuir para fortalecer as experiências comunitárias de autonomia, aprendendo com a comunidade e trazendo dela os elementos da vida real para a crítica teórica.

REFERÊNCIAS

ANDREATA, G. Na lama prometida a redenção. São Paulo: O RECADO, 1987.

COSTA, S. L. da. Os sentidos da comunidade: construções intergeracionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória - ES. (Tese de doutorado). Rio Janeiro: UFRJ. 2008.

GUSMÃO, Neusa Maria M. de. Terras de uso comum: oralidade e escrita em confronto. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n16_p116.pdf> Acesso em 13 de setembro de 2015.

SOUZA, Solange M de. Desfiadeiras de Siri: a organização e a gestão do conhecimento. Vitória: Editora do autor, 2008.